

# A NAÇÃO BRASILEIRA ENTRE A CRUZ E A ESPADA: APONTAMENTOS SOBRE A ATUAL (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL SUPREMACISTA NO BRASIL

*André Nicacio Lima<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Prestes a completar duzentos anos como Estado independente, o Brasil se depara atualmente com um horizonte pouco propício a celebrações em torno de um passado em comum e de um futuro a compartilhar. Abalado em suas instituições fundamentais, o país submerge numa crise econômica e sociopolítica marcada pela crescente instrumentalização política do ódio e de diversas formas de discriminação. Nesta nação de horizontes nebulosos, sucessivos ataques têm sido feitos às formulações sobre a identidade nacional que buscam articular um passado e um futuro nacional abertos à diversidade. No lugar de uma construção identitária que se afirma plural, ressurge no horizonte brasileiro o horror das teses históricas exclusivistas e supremacistas sobre o que seria a nacionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Brasil; Nacionalismo; Identidade nacional; Discriminação racial.

## THE BRAZILIAN NATION BETWEEN THE CROSS AND THE SWORD: NOTES ON THE CURRENT (RE)CONSTRUCTION OF A SUPREMACIST NATIONAL IDENTITY IN BRAZIL

---

<sup>1</sup> André Nicacio Lima é Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: andrenicacio@gmail.com

**ABSTRACT:** Brazil is about to complete two hundred years as an independent state. Nevertheless, it faces an unlikely horizon in regards to the celebration of a common past and a future to share. The country has its fundamental institutions shaken and plunges into an economic and sociopolitical crisis, which is marked by the growing political instrumentalization of hatred and various forms of discrimination. In this nation of uncertain horizons, successive attacks have been made against national identity formulations that seek to articulate a national past and a future that is opened to diversity. Instead of the construction of an identity that asserts itself as plural, the horror of the exclusivist and supremacist historical theses about nationality reemerges in the Brazilian horizon.

**KEYWORDS:** Brazilian History; Nationalism; National identity; Racial discrimination.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns caminhos para a crítica das narrativas supremacistas sobre o passado brasileiro que vêm ganhando um grande público no país. O escopo da análise inclui livros que se tornaram *best-sellers*, além de vídeos acessados por centenas de milhares de pessoas na Internet. Trata-se de autores que vêm defendendo uma revisão da história brasileira, partindo da deslegitimação das formas até então consagradas de construção do conhecimento histórico - em especial, o lugar ocupado pelas universidades e pelos historiadores profissionais na produção deste conhecimento. No artigo, dedicarei maior atenção a dois episódios da série “Brasil - A Última Cruzada”, realizada pela organização Brasil Paralelo (2017), que atualmente exerce influência na política cultural e educacional do país. Também analiso brevemente os discursos históricos presentes nas obras, artigos e entrevistas de Leandro Narloch (2011a; 2011b), autor que vem tentando pautar as políticas públicas a respeito da produção de materiais didáticos, ameaçando levar às salas de aula sua visão marcadamente racista da sociedade brasileira.

A conclusão principal desta análise é que estamos diante de uma atualização, em linguagem sedutora, de teses autoritárias e supremacistas do século XIX brasileiro. Trata-se de uma constatação preocupante para o futuro do país e da humanidade, principalmente se este tipo de narrativa se consolidar em currículos escolares e nas políticas culturais e educacionais

do Estado brasileiro, num contexto de crise profunda na economia, na sociedade e na política.

## **O REVISIONISMO BRASILEIRO**

Ao longo da última década, produções brasileiras que atingem grandes públicos vêm construindo a fantasmagoria de uma “história oficial” diante da qual oferecem narrativas de uma “história paralela”, supostamente encoberta ou silenciada até então. O que chamam de “história oficial” corresponde, via de regra, à historiografia produzida nas universidades, que tem sido desacreditada por organizações e ideólogos da chamada “nova direita”, com destaque para organizações como Brasil Paralelo (2017) e para indivíduos como Leandro Narloch (2011a).

As estratégias de falsificação histórica adotadas por Narloch já foram apontadas por alguns historiadores, e nada têm de inovadoras (PRADO, 2011; RODRIGUES, 2018; dentre outros). Suas obras selecionam acontecimentos ou personagens que tenham valor simbólico para movimentos políticos ou sociais aos quais o autor se opõe, e elaboram narrativas provocativas a respeito delas. Seus alvos preferenciais são as histórias e ancestralidades indígenas, negras e hispano-americanas, além de personagens reivindicadas pela esquerda política.

Como descreve Maria Lígia Prado, em sua resenha do “Guia Politicamente Incorreto da América Latina”, o autor se utiliza de dois expedientes básicos para fazer com que seus argumentos pareçam sustentados em trabalho historiográfico sério. O primeiro deles é o de “se apropriar de uma fonte bibliográfica contestada e corroída por suspeitas e apresentá-la ao leitor brasileiro como fidedigna e isenta”. O segundo “refere-se ao mecanismo de utilização de uma fonte bibliográfica de prestígio para referendar ou legitimar conclusões bastante diferentes” daquelas de seus livros. (PRADO, 2011). Na definição do historiador Aldair Rodrigues (2018), o “revisionismo populista” de Narloch é “seletivo, interessado, simplificador, formulado e consumido de acordo com a propensão ideológica do seu produtor e do seu leitor, constituindo uma espécie de história à *la carté*”.

Leandro Narloch costuma esquivar-se das críticas a seu método afirmando que sua obra não é mais que uma “provocação”, destituída de pretensões de se tornar uma narrativa acreditada sobre a história do Brasil. Contudo, ele tem insistido na tentativa de influenciar as políticas públicas relativas à produção de materiais didáticos, especialmente no sentido de livrar esta produção das preocupações com a promoção da igualdade racial e de gênero.

Por exemplo, em artigo publicado no dia 11 de janeiro de 2019, na revista *Crusóé*, Narloch (2019) afirma que “uma mudança nos editais não é só necessária, é urgente”. Neste e em outros textos, o autor revela nítida pretensão de levar ao sistema de ensino suas “provocações”, tornando-as parâmetro de conhecimento histórico difundido sob a chancela do poder público.

Por sua vez, as produções da organização Brasil Paralelo (2017) se apresentam desde o princípio como sendo mais do que mera “provocação”. Na abertura de sua série sobre a origem do Brasil, o narrador assevera que “você está prestes a assistir uma narrativa séria sobre a sua história”. Os vídeos são tecnicamente bem produzidos e se utilizam de linguagens clássicas de documentários, com entrevistas de supostos especialistas diante de estantes cheias de livros, mescladas por fontes iconográficas diversas e pela voz suave de um narrador.

Os objetivos da organização Brasil Paralelo não se reduzem à divulgação de determinada visão de história, mas também ao envolvimento dos espectadores no financiamento e produção de novos materiais. Além disso, os realizadores prometem aos que contribuem financeiramente o ingresso em “um grupo fechado, onde vamos nos conhecer e planejar um futuro em conjunto”. Trata-se, portanto, de uma organização política voltada para o engajamento de pessoas em torno de determinadas teses históricas, que são apresentadas como a verdade oculta sobre o passado nacional brasileiro.

A faceta mais conhecida e mais debatida do revisionismo histórico recente é a disputa em torno da memória do regime militar estabelecido pelo golpe de 1964. Justamente neste campo de disputa, a organização Brasil Paralelo tem sido a iniciativa revisionista de maior sucesso de

público no país, com o filme “1964: O Brasil Entre Armas e Livros”. Para tanto, seus realizadores contaram com uma rede de lealdades políticas que articulam a “nova direita” brasileira, e também com ampla divulgação por autoridades do Estado brasileiro, a começar pelo ocupante da presidência da República.

Porém, o escopo do revisionismo histórico brasileiro é muito mais amplo que o saudosismo e a revalorização do golpe de 1964. Ele inclui eventos internacionais, como no caso da tese do nazismo como movimento “de esquerda”, que tem deixado muitos europeus (inclusive os neonazistas) bastante perplexos (RODRIGUES, 2018). Outro caso diz respeito às releituras da Guerra do Paraguai que miram na caricatura de Solano López para acertar na imagem de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro, retomando velhos estereótipos sobre os “caudilhos” hispano-americanos e seus regimes políticos bárbaros (NARLOCH, 2011b)<sup>2</sup>

Não se trata apenas de impropérios jogados contra adversários políticos de ocasião. Como veremos agora, na mira dos ataques do revisionismo brasileiro estão quase sempre a história, a memória e a dignidade humana de populações historicamente discriminadas no país. As mesmas que seguem na mira de *snipers*, milicianos e pistoleiros, que estão sendo fortemente armados neste momento. O sucesso de narrativas supremacistas sobre a história do Brasil deve nos preocupar principalmente porque vivemos este contexto, muito específico, de organização do ódio e recrudescimento da violência racial.

## REVISIONISMO E SUPREMACISMO

Quando se trata de contar qual é a origem da nação brasileira, as produções do Brasil Paralelo não apresentam pesquisas ou reflexões originais. Seus vídeos são uma atualização de narrativas sobre a história do Brasil que foram formuladas no século XIX e início do século XX, e que foram repetidas à exaustão nos manuais escolares e na produção cultural brasileira desde então.

---

<sup>2</sup> Para uma crítica da história incorreta da América Latina propagada pelo autor (PRADO, 2011).

No fundamental, o Brasil apresentado como “paralelo” é o mesmo Brasil que era ensinado nas escolas na geração de nossos avós ou bisavós. Para começar a percebê-lo, basta comparar a série com um manual escolar de história de meados do século XX. Lá estão Cabral e sua esquadra “do Descobrimento”, com sua missão civilizadora. Lá estão as imagens da Primeira Missa, as da Corte no Rio de Janeiro e as do Grito do Ipiranga. Lá está o heroísmo do caráter português, a indolência do caráter indígena, lá está a escravidão “adocicada” de negros, cujo caráter estaria de antemão adaptado a uma condição servil. Trata-se de mentiras antigas, mas muito perigosas, em contexto de crise, porque alimentam horizontes supremacistas de futuro.

Nomeio supremacistas as teses históricas que descrevem a diversidade humana em termos de inferioridade e superioridade, e constroem suas narrativas de forma a enaltecer a vitória dos pretensamente superiores sobre os pretensamente inferiores. Em certos casos, tais teses buscam desumanizar setores da sociedade, que são apresentados como elementos do mundo natural, ou como agentes puramente braçais da reprodução social, destituídos de vida moral, cultural ou intelectual. É este o caso da abordagem das sociedades indígenas do passado como elementos de uma paisagem sem história, como se os europeus tivessem encontrado na América um território intocado por mãos humanas. Também é este o caso da redução da experiência negra no Brasil à condição de mão-de-obra escravizada, que desconsidera as trajetórias de conquista de autonomias e liberdades durante a vigência do regime escravista e fecha os olhos às subjetividades negras ao longo de mais de trezentos anos.

Atuando em diversas frentes, o revisionismo não deixa de ter um núcleo coeso em suas narrativas quando se trata de explicar como o Brasil se formou como uma nacionalidade. Seu fio condutor é o entendimento da história do Brasil como prolongamento glorioso de uma idealizada “civilização europeia” ou “ocidental”, que incorpora outras culturas e ancestralidades na condição de contribuintes secundários, reafirmando sempre sua condição subalterna. Tal fio condutor não é concebido de maneira original por esses ideólogos da “nova direita”, mas recuperados de uma tradição historiográfica nacionalista existente no Brasil desde o século XIX, que é marcadamente supremacista em sua visão de mundo.

Sua origem está no século XIX, o século da História e, não por coincidência, o século das nações e do nacionalismo. Como assinalam os principais intérpretes do fenômeno, o surgimento das nações e do nacionalismo envolveu uma reorganização do passado no sentido de legitimar a reivindicação política de uma comunidade política no presente (VILAR, 1982; HOBBSAWM, 1990; BALAKRISHNA, 2000; ANDERSON, 2008). Não se tratava de um grupo de historiadores-ideólogos que partilhavam um mesmo projeto, mas de tendências muito diversas de invenção de passados nacionais, nas quais tiveram papel crucial teses supremacistas sobre a diversidade das sociedades humanas.

Na Europa Ocidental, essas teses interessavam tanto à expansão colonialista, quanto à legitimação interna dos novos Estados, diante de um proletariado que reivindicava, com cada vez mais força, um horizonte internacionalista. Fora da Europa Ocidental, em países tão diferentes quanto o Brasil, a Turquia, a África do Sul e o Japão, o nacionalismo exterminista europeu foi apropriado por elites que voltaram os instrumentos ideológicos de inferiorização do outro contra populações internas ou próximas de seus territórios. Houve naquele tempo quem compreendesse a nação como um projeto aberto a múltiplas culturas e ancestralidades, mas esta era a contracorrente do processo. Muitas das teses nacionalistas do século XIX - em especial, as que hoje têm sido recuperadas em vários países - têm como horizonte o genocídio.

O nacionalismo historiográfico de base étnica ou racial é um problema longamente debatido em termos éticos pelos que exercem o ofício. O compromisso em não submeter o passado aos critérios de um projeto político exclusivista de comunidade nacional é levado a sério para a legitimidade do conhecimento histórico em diversos textos de formação produzidos durante ou depois da experiência das guerras mundiais, como nos manifestos da revista *Annales*, na “Apologia da História”, de Marc Bloch (2001), e no livro “Sobre História”, de Eric Hobsbawm (1997). Historiadores das mais diversas tendências políticas têm mantido um consenso estável a respeito do fato de que a História não deve desumanizar nem negar o direito à memória e à ancestralidade a ninguém, ainda que os avanços se mostrem insatisfatórios num quadro

de forte resistência às políticas de promoção da igualdade racial. Por mais críticas ao supremacismo que sejam as formulações que apresentemos, nós, pesquisadores profissionais brasileiros ainda somos quase todos brancos, e o problema do avanço das narrativas supremacistas reforça a necessidade de mudar este quadro.

## **VARNHAGEN E A NAÇÃO BRASILEIRA**

O Brasil surgiu como uma identidade nacional ao longo da primeira metade do século XIX, como resultado de um processo conflituoso de busca por superação da crise do Antigo Regime no âmbito do império português. Resumidamente, os regimes políticos tradicionais colapsaram na chamada Era das Revoluções (1776-1849) e em seu lugar se afirmaram, como grande novidade política, os Estados cuja legitimidade estava intrinsecamente ligada à “nação”. A princípio, “nação” era uma noção política ligada ao local de nascimento, mas bastante marcada pelo cosmopolitismo do Século das Luzes e pelas teorias liberais de poder, que se tornaram hegemônicas naquele período. Contudo, ao longo das revoluções e das experiências de construção de Estados com regimes constitucionais, o cosmopolitismo iluminista passou a conviver cada vez mais com discursos e movimentos organizados de caráter nacionalista, com objetivos e ideologias bastante variados, mas que tinham em comum a tentativa de afirmar sua nação como uma entidade histórica dotada de uma trajetória singular. (VILAR, 1982; HOBBSAWM, 1990; BALAKRISHNA, 2000; ANDERSON, 2008)

Neste contexto, as histórias nacionais foram construídas de forma a justificar a existência de um Estado nacional no presente, ou então de reivindicá-la para um futuro próximo. A identidade nacional se fundamenta, em grande medida, em narrativas históricas, que tornou a invenção de passados nacionais um importante campo de disputa política. Como afirma Antony Smith (2000), a construção das nacionalidades teve dentre seus principais protagonistas os historiadores, na mesma época em que a História ganhava status de disciplina científica.



No caso do Brasil, o autor mais influente do nacionalismo historiográfico oitocentista foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que redigiu a *História Geral do Brasil*, a *História da Independência*, dentre outras obras. Varnhagen (1870) foi um dos principais responsáveis pela criação das cenas que hoje compõem o imaginário dos brasileiros sobre sua origem nacional (nem que seja em suas versões satíricas). Narrativas como a do desembarque de Cabral, a da Primeira Missa no Brasil e a do Grito do Ipiranga devem muito a suas obras. Trata-se de um historiador intimamente ligado ao poder imperial, tendo sido agraciado com o título de visconde de Porto Seguro depois de uma longa atuação como diplomata a serviço do Império e como reconhecimento por sua contribuição à historiografia. A escolha de Porto Seguro para o título era uma referência ao local do desembarque de Pedro Álvares Cabral, narrativa que Varnhagen (1870) ajudou a consolidar.

O supremacismo de Varnhagen (1870) nada tinha de velado ou sutil. Diferentemente de outros intelectuais de sua época, Varnhagen (1870) era explícito em defender a supremacia europeia, branca, cristã e monárquica como parâmetro de sua escrita da história nacional. Tanto é assim que dedicou todo o prefácio da *História Geral do Brasil* a justificar o genocídio indígena no passado, no presente e no futuro da nação. No texto, ele rebateu longamente as críticas de “filantropos” defensores de “selvagens” e explicou que indígenas e africanos não cabiam nos feitos ancestrais dos brasileiros pela mesma razão que não cabiam no futuro nacional. O supremacismo de sua leitura do passado era consciente e coerente com o projeto que defendia para o futuro. Seus argumentos eram diretos no sentido de afirmar a inferioridade cultural dos povos não-europeus e a necessidade de imposição cultural violenta por parte dos brancos. Este e outros textos do autor são pontuados de visões esperançosas com relação ao futuro branqueamento da população por meio da imigração de colonos europeus. Note-se que as políticas legitimadas por essa visão da história nacional têm tido efeitos gravíssimos para a violência racial no Brasil desde a época da Abolição (VARNHAGEN, 1870).

No tratamento da diversidade brasileira em seu próprio tempo, Varnhagen (1870) foi um propagandista explícito do extermínio indígena

e da escravização dos africanos. Em suas palavras, “uma longa experiência ensina que a sujeição é necessária aos que, quando privados de senhores e tutores, voltam a seus antigos usos e idolatrias” (VARNHAGEN, 1870, p. 214). Varnhagen (1870) acreditava que o Brasil se encaminhava para uma campanha de extermínio contra os indígenas, e conclamava os leitores a apoiarem essa iniciativa como um passo positivo para a construção da nacionalidade, dado que “em geral, a guerra tem sido um grande meio civilizador entre os homens” (VARNHAGEN, 1870, p. XXII). “Exemplo recente”, segundo ele, era a “Argélia, submetida ao domínio civilizador da cristianíssima França” (VARNHAGEN, 1870, p. XXII). Percebe-se, portanto, que seu nacionalismo incorporava plenamente os termos do imperialismo europeu da mesma época para caracterizar a tarefa dos brancos brasileiros com relação aos descendentes de indígenas e africanos. Como assinalou o historiador Victor Leonardi (1996), nada disso impediu que Varnhagen fosse reverenciado durante boa parte do século XX.

A obra de Varnhagen moldou muito do imaginário a respeito do passado brasileiro que vemos em livros e produções audiovisuais até hoje. Após a queda da Monarquia, em 1889, a formação histórica oferecida aos brasileiros, seja pela educação escolar, seja por outros meios, continuou seguindo a história dos “grandes homens” numa trilha cujo traçado inicial foi feito pelos historiadores do Império, com destaque para Varnhagen. A República apenas acrescentou à lista alguns novos acontecimentos e personagens, com destaque para o Tiradentes. A valorização da gesta civilizatória da colonização portuguesa permaneceu intocada.

Segundo Elza Nadai (1993), após a Proclamação da República, os processos de identificação da história do Brasil com a história da Europa foram, na verdade, aprofundados. Na primeira metade do século XX, o “fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim, no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas” (NADAI, 1993, p. 147). Tratava-se de uma “história da civilização” que dedicava a maior parte do currículo à história da Europa Ocidental e não tinha qualquer espaço para a história do continente onde está situado o Brasil, a América do Sul. Nos manuais de história de São Paulo na primeira metade do século XX, o imigrantismo

européu aparecia como capítulo final de uma história de construção de uma civilização brasileira digna dos padrões europeus.

Esta história com horizontes supremacistas era também uma história enaltecedora da guerra e da eliminação do outro, como signos de uma “conquista”. Longe de ser um fenômeno exclusivamente brasileiro, a valorização de ideais de heroísmo vinculados à guerra foi expressão típica dos nacionalismos agressivos que se tornaram predominantes na Europa desde fins do século XIX até chegarem ao extremo do nazifascismo. Em 1935, Murilo Mendes, atento às catástrofes que o nacionalismo e o militarismo provocavam na Europa, criticou o ensino de história no Brasil por imitar “um ensino que visava claramente a preparar na criança de hoje o soldado de amanhã” (NADAI, 1993, p. 150).

Foi apenas a partir da década de 1950 que o ensino de história no Brasil começou a passar por revisões críticas no sentido de uma compreensão do passado como uma construção de toda a sociedade e não apenas de reis, generais, bispos e outros “grandes homens” (NADAI, 1993). Era a chegada ao sistema escolar das interpretações críticas sobre a nacionalidade nas décadas anteriores. Contudo, a partir de 1964, a ditadura militar atuou no sentido de deter essas críticas e reafirmar a história dos “heróis nacionais” e do “progresso da civilização”. Prosseguiu propagando o mito da “democracia racial”, mas também foi mais longe, recuperando do século XIX a “tese das três raças” de von Martius e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, dentre outros autores.

Por fim, desde os anos 1980, reformas curriculares e outras políticas públicas no sentido da promoção da igualdade racial foram arrancadas do Estado brasileiro pela pressão de movimentos antirracistas e democráticos. Mal consolidados estes avanços, assistimos hoje a uma ofensiva que pretende restaurar narrativas oitocentistas sobre o que é o Brasil e quem são os brasileiros.

A democracia de 1988 permitiu que uma pluralidade de concepções renovadas de história do Brasil ganhasse expressão, mas as formulações supremacistas do século XIX nunca deixaram de estar presentes nos discursos promovidos pelo poder público. As contradições da “história oficial” ficaram patentes nos festejos dos “500 Anos”, em 2000, quando

o governo brasileiro celebrou o mito fundador do desembarque de Cabral. Naquela ocasião, tropas policiais militares atacaram brutalmente manifestações por direitos indígenas, que questionavam a celebração de uma narrativa supremacista que a Constituinte tinha prometido enterrar. Também são dignas de nota as resistências para a inclusão da história indígena e da história negra nos currículos, bem como o eterno caráter “polêmico” da inclusão de Zumbi dos Palmares e de outros personagens históricos negros, indígenas e mulheres no panteão dos heróis nacionais. Incluídos desde os anos 90, estes novos heróis nacionais são hoje uma pequena minoria que se soma a um cortejo de generais e políticos brancos. A minoria atacada nos livros de Narloch e desprezada na série Brasil Paralelo (2017).

## **A CRUZ E A ESPADA**

A origem da nacionalidade brasileira foi objeto da série de vídeos “Brasil - A Última Cruzada” (2017) da organização Brasil Paralelo. O objetivo da série é, segundo seus realizadores, “reverter as mazelas feitas na nossa cultura nos últimos anos”. Vista como um todo, a série organiza o passado brasileiro como continuidade da gesta grandiosa e heroica dos “descobrimientos portugueses”, culminando numa conclamação em defesa da civilização ocidental. Seu horizonte é o de uma “cruzada”, como informa o título. E como em toda cruzada que se preze, o ódio ao “infiel” é fartamente alimentado.

A narrativa básica sobre a origem e a ancestralidade do Brasil é anunciada já na abertura do primeiro vídeo, intitulado “A Cruz e a Espada”. Enquanto são mostradas imagens da bandeira portuguesa, de monarcas portugueses e de paisagens portuguesas, a narração, em tom suave, introduz a história que será contada:

Assim como a biografia de um homem começa na história de seus ancestrais, nossa pátria não pode ser compreendida apartada daquela que a concebeu e gestou. E a nossa identidade terá de ser buscada em acontecimentos

enterrados por muitos anos, a milhares de quilômetros, no Velho Mundo, e nas profundezas do Oceano. [...] Esta é a história que vamos contar: de um povo que ultrapassou os limites impostos pelo oceano e disputou palmo a palmo, contra o vento, os rumos do seu próprio destino, que, assim, fez dele o caminho para um Novo Mundo (BRASIL PARALELO, 2017).

O vídeo, que conta atualmente com 500 mil visualizações no Youtube, inclui falas de uma minoria de entrevistados com experiência em pesquisa histórica e uma grande maioria de personagens alheios a este universo. No primeiro perfil, temos como figura mais ilustre o diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva; no segundo o astrólogo, ideólogo e, mais recentemente, conselheiro da família presidencial, Olavo de Carvalho.

Em sua primeira fala, Carvalho lamenta que não possam mais ser celebrados os heróis nacionais, interdição que segundo ele se deve ao argumento de que esses heróis servem à ideologia dominante. Ele prossegue dizendo que a consequência de não se poder mais cultuar esses heróis é que a história se ocupa atualmente com a apologia “do território, dos bichos e dos índios”. Como se percebe, “índios”, tanto quanto “bichos”, não cabem no panteão nacional. Na sequência de sua fala, Carvalho se mostra consciente de que a compreensão que as pessoas têm de sua história informa suas ações no presente e seus horizontes de futuro. Numa fala que coloca o tempo todo em conexão o passado, o presente e o futuro, não são apenas no panteão que os “índios” são excluídos e equiparados aos “bichos”.

A defesa da herança de uma civilização ameaçada é o núcleo central da argumentação do vídeo. Tal legado é definido como sendo composto pela filosofia grega, pelo direito romano, pela moral judaico-cristã e pela “experiência acumulada de nossos ancestrais”. De acordo com a voz sempre suave e tranquila do narrador, “esta é a herança que chamamos de civilização ocidental.” Quem estaria ameaçando tal herança, desde a Idade Média até os dias atuais, seria o Islã, apresentado como inimigo a ser combatido.

A história das navegações portuguesas é contada como era contada pelo salazarismo, regime próximo ao nazifascismo que vigorou

em Portugal e que se recusou até as últimas consequências a permitir a autodeterminação dos povos da África. Tal como na propaganda salazarista, a expansão portuguesa é apresentada como um movimento grandioso e heroico de expansão da fé cristã contra o infiel muçulmano, que culmina na afirmação harmoniosa e pacífica de uma civilização superior, europeia e cristã, sobre povos da África, da Ásia e da América. Como prenunciava o título, a palavra-chave da explicação para a formação nacional brasileira é a “cruzada” lançada contra os infiéis.

Por fim, o vídeo culmina com uma conclamação à ação, em nome da memória dos ancestrais (brancos, europeus e cristãos) sacrificados na gesta dos descobrimentos. Imagens europeias e brasileiras de templos católicos são acompanhados pela seguinte narração:

Em algum lugar, sempre haverá o panteão daqueles que nos trouxeram até aqui. Lá estão as paixões, os méritos, os sacrifícios e todo o heroísmo da humanidade. Não foi fácil. A preservação deste lugar cabe a nós. Não podemos deixar que roubem os degraus da nossa civilização. Sempre que estivermos perdidos e sem saber para onde ir, eles estarão lá, de braços abertos, para nos contar tudo que sacrificaram para dar um passo além do que parecia possível. Não se trata apenas de não esquecer de onde viemos, se trata de não esquecer para onde estamos indo. Nos momentos mais difíceis, a história deve ser lembrada (Brasil Paralelo, 2017).

Assim como no caso do episódio “Vila Rica”, analisado por Roldão Pires Carvalho e Mara Rovida (2018), a narrativa básica de “Entre a Cruz e a Espada” é dada pela historiografia nacionalista brasileira anterior às sucessivas autocríticas do ofício. Trata-se de uma historiografia que se tornou não só ultrapassada, mas “politicamente incorreta” no decorrer do século XX - ou mesmo antes, desde a Abolição e a proclamação da República. Como lembram Carvalho e Rovida (2018), o autor mais influente do nacionalismo historiográfico oitocentista foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Também neste caso, é a ele que remete a narrativa “paralela” do Brasil.

No mesmo sentido que a obra de Varnhagen (1870), as narrativas “paralelas” do Brasil atual querem convencer seu público de que tanto

em sua origem, quanto em seu devir, o Brasil é culturalmente europeu, branco e cristão. A diferença é que, de lá para cá, o mundo já viveu e reviveu diversas vezes os resultados catastróficos do supremacismo e do nacionalismo exclusivista. Entre o tempo de Varnhagen e o do “Brasil Paralelo” passamos por mais de um século de exigência global de que a história não pertence exclusivamente às ancestralidades e horizontes dos colonizadores europeus, brancos e cristãos. De Aimé Césaire (1950) a Chimamanda Adichie (2009), o “perigo de uma única história” foi insistentemente apontado por intelectuais negros de diversas partes do mundo como uma das causas do ódio racial que os atinge.

Nesse sentido, importa destacar que o revisionismo tem contado com a colaboração de historiadores profissionais - e não apenas na condição de entrevistados do Brasil Paralelo (2017). Um caso bastante grave é o do Prof. Dr. Marco Antonio Villa. Dentre outras coisas, o atual comentarista de diferentes veículos de mídia tem atacado colegas e instituições cujas linhas de pesquisa e ensino adotam horizontes históricos e culturais afrocentrados ou perspectivas teóricas atlânticas. Segundo o Prof. Dr. Villa, nada disso é legítimo dentro de uma universidade. Ao menos dois programas na Jovem Pan, em outubro de 2016, foram integralmente dedicados a esses ataques (VILLA, 2016a; 2016b). Neles, o historiador ridiculariza diversos cursos e eventos ligados à história negra. Por exemplo, debocha do fato de que uma universidade oferece um curso de dois semestres sobre as teorias da diáspora africana. Em suas palavras, tal disciplina não aborda nada além do “tráfico negreiro” e não mereceria tanto espaço no currículo. Em seguida, com expressão de indignação, o historiador questiona o que poderia ser ensinado num curso dedicado à “História da construção do Ocidente”. Note-se que, em geral, é em disciplinas como esta que os historiadores profissionais aprendem a não serem supremacistas ao escreverem sobre o passado.

Seria tentador atribuir a fala do Prof. Dr. Villa à ignorância ou a deficiências de formação, mas como respondeu, em carta aberta, o reitor da Unilab (uma das universidades atacadas por Villa), a fala do professor “é fruto do racismo mais puro”. Complementa o reitor: “É claro que o senhor participou dessas discussões e sabe que, ao dizer que somos ocidentais,

exclui inclusive toda a África ocidental e remete à Europa como os países desenvolvidos” (FERREIRA JUNIOR, 2016). De fato, não é verossímil que o Prof. Dr. Villa nunca tenha tido contato com a ideia de que o Ocidente é uma construção e tem, portanto, uma história. Ou ainda, que não tenha tido acesso à informação de que as culturas africanas possuem fundamentos filosóficos (outro assunto que desperta no acadêmico expressões de desprezo e escárnio).

Em consonância com esse tipo de discurso, tornam-se corriqueiros ataques aos personagens negros da história do Brasil, em especial Zumbi dos Palmares, assunto que já ocupou desde Narloch ao Prof. Dr. Villa. Mas enquanto Narloch (2016) considera as universidades “clubinhos ideológicos irrelevantes”, o historiador desfere seus golpes legitimado por títulos acadêmicos. É do alto desses títulos que ele busca invalidar a obra de investigação histórica e compreensão teórica da experiência negra no Brasil num horizonte atlântico, empreendida por pesquisadores e movimentos antirracistas, desde pelo menos Beatriz Nascimento (RATTS, 2006; NASCIMENTO, 2018).

Outro caso grave, recorrente principalmente nas falas de Narloch, diz respeito ao negacionismo do genocídio indígena e a estigmatização desses povos como “bêbados” e “vagabundos”, bastante difundido em livros, séries e vídeos de grande sucesso atualmente, em especial a franquia “politicamente incorreta”, lançada pelo autor. Mas talvez a mais ultrajante narrativa supremacista dessa leva seja aquela que atribui aos negros africanos - e não aos colonizadores europeus - a iniciativa de construir o maior sistema de escravização e tráfico de pessoas da história moderna. Elaborada ao longo do debate em torno das políticas de promoção da igualdade racial nas últimas décadas, esta fraude histórica tem sido repetida à exaustão por ideólogos e políticos da “nova direita”. Ela também remonta a uma tradição secular de justificação da escravidão, que durante o século XIX serviu aos propósitos de líderes políticos favoráveis à continuação do tráfico negreiro.

Discursos como o de que “o português nem pisava África, eram os negros que entregavam os escravos” (Jair Bolsonaro, *Roda Viva*, outubro de 2018), ou de que os indígenas foram responsáveis pelo seu próprio genocídio - “Quem mais matou índios foram os índios” (NARLOCH,



2011a) - têm em comum o fato de que desvinculam da história europeia a barbárie que sua expansão colonial produziu, atribuindo-a aos povos já vitimados pelo escravismo, pelo genocídio e pela perpetuação do supremacismo racial em suas múltiplas variantes. O alvo não é o passado, são os embates do presente. Mais precisamente, as reivindicações de igualdade e de direito à diferença e à autonomia por parte de movimentos negros e indígenas.

## **A INDEPENDÊNCIA E O SANGUE DERRAMADO**

Uma vez situado o supremacismo no discurso histórico sobre a origem do Brasil presente em narrativas revisionistas, importa analisar como a história da Independência do Brasil é contada nessa versão “paralela” da identidade nacional.

Primeiramente, importa notar que, ao conceber a nacionalidade brasileira numa continuidade linear com relação à ancestralidade portuguesa e ocidental, a série “Brasil Paralelo” não entende a Independência como momento fundador mais importante do Brasil. A festa de fundação mais adequada à visão da história que o grupo propaga é a celebração do “Descobrimento”. Contudo, a Independência tem um papel importante na narrativa, já que de alguma maneira é preciso explicar a separação entre a porção europeia e a porção americana da nação portuguesa, que dá origem ao Brasil.

No episódio “Independência ou Morte!”, quarto da série, o tom do discurso prossegue, tranquilo e sereno. A narrativa não usa linguagem violenta senão para se referir a experiências históricas revolucionárias ocorridas em outras partes do mundo, como a Revolução Francesa e as Independências hispano-americanas. Ao contrário da pregação que Olavo de Carvalho e seus seguidores geralmente fazem a respeito do presente brasileiro, repleta de acusações agressivas, gritaria e palavrões, a história da fundação do Estado nacional brasileiro é contada placidamente.

A crer na versão “paralela”, a Independência do Brasil é explicável por meio de uma biografia de D. Pedro I, complementada com referências a outros personagens pertencentes à família real ou à elite imperial. A

tônica é a de uma origem pacífica da nacionalidade, garantida pela presença de uma família real europeia, que trouxe com ela a “civilização”. Nesta narrativa, também herdeira de Varnhagen, a história é conduzida por elites dotadas de uma consciência histórica superior. Consequentemente, basta conhecer as experiências, os dilemas e as decisões tomadas pelos “grandes homens” para compreender as transformações da sociedade ao longo do tempo. Tal visão de história (tão filha do século XIX quanto o nacionalismo e o supremacismo racial moderno) vem sendo desacreditada pelos historiadores profissionais há mais de um século, mas nunca deixou de compor a imaginação histórica do Brasil e de outros países. É esta perspectiva que está, por exemplo, na maioria dos filmes, novelas e séries televisivas que representam a história do Brasil. Não é outra a perspectiva de obras que satirizam os grandes personagens, como o filme “Carlota Joaquina - Rainha do Brasil”, a série “Quinto dos Infernos”, da Rede Globo, ou os livros de Laurentino Gomes sobre a história monárquica brasileira. Porém, ideólogos como Narloch e os responsáveis pelo “Brasil Paralelo” ultrapassam o limite do entretenimento e pretendem estabelecer sua narrativa como leitura acreditada sobre o passado brasileiro.

Outra diferença fundamental é que os ideólogos do “Brasil Paralelo” buscam apresentar D. Pedro na chave do heroísmo, e não da sátira. O resultado não deixa de ser cômico, já que os doze trabalhos deste nosso Hércules foram a solidão na infância dentro de um palácio, os conflitos com o irmão e a dolorosa decisão de ficar no Brasil quando uma revolução obrigou seus pais a regressarem à Portugal. O heroísmo e o sacrifício das guerras, que encontram farto material quando se trata das navegações portuguesas, reduzem-se a breves comentários quando o assunto é a Independência. O Dois de Julho, data da Independência celebrada na Bahia desde 1823 até os dias de hoje, não é sequer abordado.

Neste ponto, importa notar que as narrativas históricas nacionalistas costumam se fundar numa imagem de sacrifício que o povo viveu no passado. Por exemplo, durante o século XIX, diversas nações americanas construíram seu imaginário nacional em torno das batalhas da Guerra de Independência - como foi o caso dos Estados Unidos, do México, da Venezuela e da Colômbia, por exemplo. No caso de algumas nações hispano-americanas, a construção de um imaginário nacional foi acompanhada por

uma guerra de extermínio contra os espanhóis, conhecida como “Guerra de Razas”. Nesses casos, a violência contra os europeus foi exaltada pelos nacionalismos como um momento fundador da nação (THIBAUD, 2011).

Ao apresentar a Independência como uma transição tranquila e sem traumas, em oposição aos países hispano-americanos, o vídeo promove um mito sobre a origem da nacionalidade brasileira formulado ainda na época do Império, mas que há muito tempo se tornou insustentável à luz da historiografia.

Nesta visão, a monarquia teria garantido ao Brasil uma passagem da situação colonial à Independência sem que para isso o país mergulhasse na guerra civil, como ocorreu nos demais países do continente americano. Este excepcionalismo da “revolução ordeira” atribui à experiência brasileira o caráter singular de uma construção não-traumática da nacionalidade. Graças ao rei D. João VI, que carregou a “civilização” ao Brasil, e ao príncipe português, que num ato de heroísmo abraçou a o Brasil como sua pátria, a formação de uma identidade brasileira teria acontecido num processo natural de amadurecimento. A pátria-mãe, vendo que o rebento Brasil já estava maduro para se autogovernar, o preparou para a maioria nacional e assinou sua emancipação com o grito de “Independência ou Morte!”. Nesta narrativa, a fundação do Brasil seria fruto de uma dádiva pessoal de D. Pedro I, o “Defensor Perpétuo do Brasil”, e de alguns de seus ministros, com destaque para José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência” (PIMENTA, 2009).

Mas a realidade é que a Independência foi uma guerra, que só resultou na fundação de um Estado nacional porque soldados e mercenários venceram as tropas leais a Portugal em diversas regiões do país. Nesta guerra, tropas majoritariamente compostas por homens pretos, pardos e indígenas tiveram protagonismo nos enfrentamentos com tropas europeias em diversos pontos do Brasil. Quem se sacrificou pela Independência do Brasil (muito mais do que o príncipe D. Pedro, ao sofrer com desarranjos intestinais às margens do Ipiranga) foram aqueles que viveram cercos militares, guerras de guerrilhas, repressões sangrentas e outros episódios que compõem a história da Independência do Brasil. Longe de uma separação amigável entre a pátria-mãe e um jovem país que se emancipa, a Independência teve muitos episódios de guerra civil, e

também de ódio aos europeus. Nesta guerra, a população civil nascida em Portugal foi frequentemente alvo de ataques por parte de forças favoráveis à Independência. Em cidades como Salvador, Recife e Belém, populações portuguesas foram massacradas ou deportadas durante os conflitos políticos da época. Nessas regiões, a “pátria-mãe” não se despediu de seu filho com um abraço carinhoso e recomendações de moderação: ela foi trucidada ou embarcada à força por multidões cheias de ódio. (REIS, 1989; JANCÓS, 2005; MACHADO, 2010).

Tanto as guerras civis, quanto as manifestações de ódio antilusitano perduraram por cerca de três décadas após a proclamação de Independência. Dentre as mais expressivas dessas guerras, importa destacar a Confederação do Equador (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, 1824), os motins em diversas partes do império no contexto da Abdicação de D. Pedro I (1831), a Guerra dos Cabanos (Pernambuco e Alagoas, 1832-1835), a Rusga (Mato Grosso, 1834), a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845), a Sabinada (Bahia, 1837), a Balaiada (Maranhão e Piauí, 1838-1840) e a Praieira (Pernambuco e Alagoas, 1848-1850).

Ao que parece, a narrativa paralela do Brasil não pode reivindicar a Guerra de Independência como momento fundador do Brasil porque para isso precisaria reconhecer que o sangue derramado pela pátria não vinha apenas de corpos brancos. E, também, que nossa violência fundadora incluiu décadas de conflitos internos, no decorrer dos quais a discriminação de cor foi frequentemente contestada. Talvez seja esta explicação para que o “sacrifício” fundador da nação remeta mais a Carlos Martel e Afonso Henriques (europeus que nunca pisaram no Brasil) do que aos soldados da Guerra de Independência.

O bicentenário da Independência pode ser uma oportunidade de nos reencontrarmos com os caboclos do Dois de Julho e demais vozes dissonantes de nosso processo formador. Talvez assim estejamos mais fortes para enfrentar as práticas que as narrativas supremacistas pretendem legitimar.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Agradeço a Léa Tosold pelos comentários críticos aos originais deste artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. *REGIT*, [S.l.], v. 10, n. 2, pp. 39-57, dez. 2018.
- CÉSAIRE, Aimé. “Discours sur le colonialisme”. Paris, Présence africaine, 1950.
- FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. Carta aberta ao professor Marco Antonio Villa. Conteúdo disponível em <https://www.geledes.org.br/> (publicação em 27/10/2016).
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- JANCSÓ, István (Org.). *Independência: História e Historiografia*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2005.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*, v. 21, pp. 389-440, 2000.
- LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Editora Paralelo 15, 1996.

- MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2010.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 7, n. 15, pp. 27-50, ago. 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição*. Editora Filhos da África, 2018.
- NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2011a.
- NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*. São Paulo: Leya, 2011b.
- NARLOCH, Leandro. Universidades estão se tornando clubinhos ideológicos irrelevantes. *Folha de São Paulo*, 28 fev. 2018.
- PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 03, pp. 53-82, set. 2009.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Lombroso oculto: livro sobre ‘falsos heróis latino-americanos’ usa simplificações oportunas, omissões e interpretações discutíveis, avalia professora. *Estadão*, 25 set. 2011
- RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da Bahia. In: REIS, J. J.; SILVA, E. (Orgs.). *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 79-98.

- RODRIGUES, Aldair. Fake History, “revisonismo” conservador e criminalização do professor de História. *Medium*, 31 out. 2018. Disponível em: [https://medium.com/@professoraldairrodrigues/fake-history-revisonismo-conservador-e-ataques-ao-professor-de-hist%C3%B3ria-2278f7dbd8e2\\_](https://medium.com/@professoraldairrodrigues/fake-history-revisonismo-conservador-e-ataques-ao-professor-de-hist%C3%B3ria-2278f7dbd8e2_)
- SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 185-208
- THIBAUD, Clément. La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América Bolivariana. *Almanack* [online], n. 1, pp. 5-23, jun. 2011.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 2 v., Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1870.
- VILAR, Pierre. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.

## VÍDEOS

- VILLA, Marco Antonio. Vídeo (4 min e 31 seg). Dinheiro público para sustentar curso de “pretagogia” não dá. Publicado pelo Canal Jovem Pan, 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M2UaAEWKE-s>.
- VILLA, Marco Antonio. Vídeo (4 min e 47 seg). MEC deve explicar tudo sobre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Publicado pelo Canal Jovem Pan, 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sOxjFxj0DgY>.
- BRASIL PARALELO. Série. Brasil - A Última Cruzada. Publicado pelo Canal Brasil Paralelo, 2017.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS. Roda Viva. TV Cultura, 30 de julho de 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “The danger of a single story”. TEDGlobal2009. [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story)

Texto recebido em 15/05/2019 e aprovado em 18/11/2019